



TÍTULO DO TRABALHO	
Extensão Universitária Popular e Movimento Social – Análise da dinâmica entre os atores envolvidos na atuação da Assessoria Jurídica Universitária Popular da UFMG na Pedreira Prado Lopes	
AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO
Clara Cirqueira de Souza Débora de Araújo Costa	Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG
CATEGORIA DO TEXTO	
<input type="checkbox"/> Resumo estendido de comunicação científico <input type="checkbox"/> Resumo estendido de relato de experiência <input type="checkbox"/> Trabalho completo de comunicação científica <input checked="" type="checkbox"/> Trabalho completo de relato de experiência	
GRUPO DE TRABALHO	
3. Educação e Emancipação Humana: o que nos ensina o marxismo	
RESUMO / PALAVRAS-CHAVE	
<p>As Assessorias Jurídicas Populares se destacaram como forma de prática jurídicas popular na década de 1980, no Brasil, sendo reproduzido nas universidades como assessorias jurídicas universitárias populares (AJUPs). As AJUPs tem por marco de sua atuação a educação popular e a teoria crítica do direito, alinhando essas duas bases para efetivar uma participação política tanto dos seus membros quanto dos movimentos que auxilia. Nesse relato de experiência será abordada a AJUP da Universidade Federal de Minas Gerais, com foco no período de 2013 a 2015, apresentando a teoria e a práxis do projeto. Além disso é relatada a criação do projeto, sua institucionalização, a atuação junto ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) na Pedreira Prado Lopez. Por fim, é apontada uma visão crítica acerca das posturas e das histórias vividas no projeto.</p> <p>Palavras-chave: extensão universitária; movimento social; marxismo; educação popular.</p> <p>1) ASSESSORIAS JURÍDICAS POPULARES: PRÁTICA, TROCA E APRENDIZADO</p> <p>O processo de redemocratização brasileiro ocorrido durante a década de 1980 foi demarcado por uma ascensão da mobilização popular em torno da luta por direitos, o que provocou debates nos meios jurídicos acerca da natureza dessa pauta. Esses debates se expandiram, principalmente, por meio dos estudos acerca das teorias críticas do Direito, que</p>	

se difundiram por diversas tendências desde a negação completa da forma jurídica até a compreensão dessa como instrumento a ser utilizado de maneira tática. Dentre as discussões sobre o tema se impôs a necessidade de uma prática jurídica popular, a qual não apenas realizasse o atendimento às demandas das populações mais vulneráveis; como também capacitasse a população para agir de forma autônoma.

Nesse contexto, as Assessorias Jurídicas Populares surgem como meio de atuação junto a movimentos sociais, sendo o foco para além da assistência jurídica resolutiva, um trabalho conjunto na formação de lideranças e demais (RIBAS, 2012, p. 365). Esse meio de prática jurídica popular também foi reproduzido nas Universidades, contudo as Assessorias Estudantis se diferenciavam pelo âmbito em que se desenvolveram, vez que se estabeleciam institucionalmente. A institucionalização nas universidades caracterizou as atividades das Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUP's) por questões específicas como o protagonismo estudantil e o caráter educacional incorporado.

O protagonismo estudantil consiste na autogestão das atividades pelos próprios estudantes, diferentemente do padrão universitário em que se há um professor orientador e uma relação hierárquica. Essa teoria se destinava à criação de um ambiente horizontalizado e democrático em que fosse possível debater entre iguais, sem que houvesse uma intervenção ou mesmo algum tipo de inibição nas opiniões expostas, visto que seriam todos de um mesmo grupo acadêmico. Contudo, a burocracia institucional se demonstrou a primeira limitação a essa teoria, posto que os projetos universitários devem ter um professor responsável. Além disso, a própria horizontalidade, mesmo entre os membros estudantis, tem dificuldades para ser plenamente efetivada.

A horizontalidade junto ao protagonismo estudantil se consolidam na organicidade do projeto, posto que as decisões eram tomadas de forma mais abrangente possível diante da necessidade. Os espaços de debates criados entre estudantes possibilitavam o desenvolvimento da atuação e organização política desses ao passo que aproxima as temáticas e incentiva um posicionamento crítico perante a realidade e ao conhecimento. Dessa forma, é introduzido o viés educacional, vez que promove a formação política do estudante.

O viés educacional é consolidado nos projetos construídos nas Universidades pelos estudantes já nos anos 90 com o estímulo às atividades de extensão no ensino público superior do país (RIBAS, 2012, p. 367). A compreensão do tripé educacional em ensino, pesquisa e extensão instituído pelo art. 207 da Constituição Federal de 1988 e, ainda, ser o desenvolvimento desses vinculado à autonomia universitária, foi de fundamental importância

para a criação de atividades de extensão nesse período. Ademais, a extensão se concretizou como contrapartida à sociedade do ensino recebido gratuitamente nas universidades públicas.

Para além da perspectiva institucional da extensão na universidade pública, cabe ser ressaltada a análise feita por Paulo Freire no livro *Extensão ou Comunicação?*¹, em que o autor expõe as limitações da ideia acadêmica sobre a atividade extensionista como educação. Essas limitações advêm, principalmente, pela relação posta pressupor a valorização de um conhecimento em detrimento a outro. No caso, o conhecimento acadêmico é posto como iluminação aos escuros saberes da prática, dessa forma imputando a situação típica da pesquisa sujeito-objeto à extensão.

O autor ao apontar as críticas à extensão formula uma crítica à forma de conhecimento que se origina e é pautada pela dominação. A relação entre sujeito e objeto seria, portanto, uma relação de dominação (FREIRE, 1983, p. 63). Dessa forma, ao sobrepor a relação sujeito-objeto à extensão, essa se transforma em meio de dominação social e não de contrapartida como dito acima. Assim é formulada a ideia da comunicação para caracterizar as atividades de extensão que não cumpram apenas o âmbito tecnicista profissional, mas sim que seja destinada à capacitação de sujeitos baseada na lógica da dialética. A comunicação desenvolvida a partir da dialética pressupõe um diálogo de conhecimentos sem que haja distinção ou depreciação de algum deles (FREIRE, 1983, p. 45).

Esse conceito de comunicação decorre da teoria de Paulo Freire da Educação Popular², a qual é tida como marco teórico nas AJUPs. O âmbito educacional inserido no projeto de assessoria universitária representa a compreensão de que o conhecimento apreendido na academia não esgota nem se sobrepõe às demais formas de conhecimento existentes. Nesse sentido, uma prática jurídica popular alinhada à atuação de forma comunicativa desloca o Direito do local da norma neutra e superior, demonstrando a aproximação do mesmo com a realidade vivenciada pelas pessoas. A implicação direta do Direito na vida das pessoas, principalmente, no que tange a direitos fundamentais, gera um conhecimento vinculado às vivências de determinadas realidades que complementam e permitem uma síntese com o conhecimento ensinado na universidade.

Por educação popular se entende o método de pedagogia em que se pauta sobre o

¹ "Extensão ou comunicação?" é um livro do educador Paulo Freire, escrito originalmente no espanhol e publicado em 1969 durante o exílio do autor no Chile. Nesse período, o autor realizou trabalhos junto ao Instituto de Capacitación y Investigación en Reforma Agraria de Santiago de Chile a partir do qual foi desenvolvido os conceitos postos no livro quanto à extensão.

² A obra do autor que se tem por marco de desenvolvimento do conceito de Educação Popular são os livros "Pedagogia do Oprimido" e "Educação como prática da liberdade".

reconhecimento dos indivíduos envolvidos no ato de ensinar, assim não havendo relação hierárquica na percepção da realidade posta. Dessa forma, busca se construir um conhecimento dialógico e que gere a humanização, vez que permite o pensamento crítico dos indivíduos sobre a própria realidade, logo possibilitando transformar a mesma e se transformar. A compreensão pedagógica apresentada se destina, portanto, à apropriação do homem de si mesmo por meio do ato social de educar, sendo assim um processo de emancipação (FREIRE, 1981, p. 35)

A centralidade do marco da educação popular nas assessorias jurídicas universitárias dos advogados populares a diferencia de outros grupos de prática jurídica popular. Ainda que esses grupos tenham como norte as teorias críticas do direito, focam sua atuação em demandas jurisdicionais mais resolutivas. Já as assessorias universitárias, pela própria característica estudantil, cumprem com o papel educacional por meio da formação do extensionista/participante e dos movimentos que são auxiliados nas trocas de conhecimentos adquiridos. Esse processo educacional é o que possibilita a participação política comunitária, seja do estudante ou do trabalhador para se organizar e poder ter autonomia para exercer e lutar por seus direitos (FREIRE, 2014, p. 78).

2) “SE A EDUCAÇÃO SOZINHA NÃO TRANSFORMA A SOCIEDADE, SEM ELA, TAMPOUCO, A SOCIEDADE MUDA” - A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE POPULAR

Muitos dos debates realizados pela equipe da AJUP UFMG, no período de 2013-2015, marco temporal em que estivemos vinculadas, giravam em torno do conceito abstratamente concebido de Universidade Popular, ao qual buscávamos dar concretude. Muito corriqueiro em debates do movimento estudantil, poucas vezes foi investigado cientificamente por se tratar de um tema complexo que envolve não apenas a Universidade, mas o próprio modelo de sociedade no qual ela existe. Isso porque, em geral, os debates sobre a Reforma Universitária à época eram norteados por uma perspectiva de reforma curricular, que daria conteúdos mais concretos, como também uma democratização das estruturas institucionais universitárias, como por exemplo, a paridade no Conselho Universitário, luta histórica do movimento estudantil da UFMG.

Mas, se olharmos para trás poderemos identificar formulações importantíssimas realizadas pelo movimento estudantil e a partir dela esboçar novos e complementares caminhos. Na “Declaração da Bahia” (1961) produto do I Seminário Nacional de Reforma

Universitária da União Nacional dos Estudantes, encontramos:

Universidade e sociedade se interpenetram e se interinfluenciam individualmente. Uma sociedade deformada conterá uma Universidade igualmente mutilada. Reciprocamente, uma Universidade infiel às suas responsabilidades históricas estará conformando uma sociedade incapaz de auto-superar-se, insensível a autocritica, vedada a evolução. Nossa Universidade não tem sido mais do que uma superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada, quanto a distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente, desumana enfim. Essa critica evidenciara como a Universidade não atende ao projeto histórico brasileiro – o desenvolvimento na perspectiva do proletariado. (UNE, 1961)

Mas como nos ensina Pachukanis “O caráter ideológico de um conceito não elimina aquelas relações reais e materiais que este exprime” (2017, p.89). Ou seja, não basta que identifiquemos na Universidade uma produtora de ideologia burguesa, ou apenas um aparelho da superestrutura fadado a reproduzir o padrão de sociabilidade capitalista-burgues. Tampouco podemos pensar que a mudança da Universidade está determinada, e não condicionada, a mudança da sociedade, o que nos levaria a uma situação passiva frente a crise educacional e a desqualificação do movimento estudantil como uma força política própria, passando a figurar como escola de recrutamento para luta política geral. Muitas das críticas recebidas pelo movimento estudantil organizado é que ele saberia mais sobre o que se passa na Síria, do que o que se passa em sua própria Universidade. E o contrário também é verdade, quando nos deparamos com Diretórios Acadêmicos que dominam toda a burocracia institucional e gestão interna mas não é capaz de dizer como o corte de bolsas da CAPES se articula com uma política nacional de um projeto de nação³.

Se falamos que queremos uma Universidade Popular, podemos pressupor que a Universidade que hoje temos não o é, e dessa forma, antes de formularmos nossas demandas, precisamos identificar em quais relações “reais e materiais” ela está inserida. Em outras palavras, se queremos uma Universidade a serviço do povo, de que maneira hoje a Universidade se encontra a serviço do Capital?

³O programa *Uma fonte para o futuro* do PMDB, atual MDB, que foi parcialmente implementado após o golpe que afastou a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff continha uma detalhada descrição que indicava os futuros da educação e da Universidade Pública caso adotado. Hoje, não nos foi possível encontrá-lo nos arquivos do MDB disponíveis online, o que nos impede de reproduzi-lo integralmente, mas a reportagem do O Globo, de 10/04/2017 mostra quais pontos já foram implementados, e entre eles figura o fim da vinculação constitucional no investimento na educação. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-avanca-em-seis-das-20-principais-propostas-do-ponte-para-futuro-21185589>> acesso em: 09/08/2018

Em um texto de circulação interna que foi introduzido aos membros da AJUP UFMG pelos militantes do Levante Popular da Juventude, e foi usado em nossos grupos de estudo e seminários de gestão, Antonio David (2010), ex diretor de políticas educacionais da UNE e doutorando em políticas da educação na USP, traça quatro pontos centrais nos quais a Universidade contribui com o Capital. Não se trata de uma publicação científica, mas lança os elementos básicos para um debate que se fez necessário em nossa equipe, que se encontrava angustiada sobre o que significava ser um extensionista popular.

Exploremos de maneira sintética as conclusões as quais chegam o texto:

1. A Universidade contribui com o capital na medida que formas seus quadros: economistas, juristas, professores do ensino básico, etc. Esses quadros são formados para operarem a ordem social vigente. Se imaginamos afirmamos, por exemplo, que o direito é burguês e essencial para a circulação de mercadorias e o processo de troca(Cf MARX, 2013) é necessário que se formem os operadores de direito que saberão, por exemplo, aplicar as normas de Direito Civil aos contratos de compra e venda;
2. A Universidade contribui com o capital na produção de tecnologia e informação que são incorporados direta e indiretamente no processo produtivo. Em mais um exemplo jurídico, a Universidade cria (ou referenda) formas societárias como o micro empreendedor e o “parceiro” que induzem às fraudes trabalhistas⁴ para desconfiguração da relação de emprego e aumento da exploração do trabalhador.
3. A Universidade contribui ao capital na medida que produz e reproduz ideologia, aqui entendida como mascaramento da realidade. A máxima da neutralidade da ciência não realiza outra coisa senão encobrir a luta de classes.
4. A Universidade contribui com o capital quando ela mesma é um nicho de mercado. Um exemplo é o Kroton Educacional, uma das

⁴A Consolidação das leis do trabalho estabelece cinco elementos para que se configure a relação de emprego: pessoa física, pessoalidade, onerosidade, habitualidade e subordinação. Uma das tentativas para se burlar a lei é o enquadramento de uma pessoa física como sendo jurídica, fenômeno conhecido como pejetização. Ou seja, um empregado é levado a criar uma pessoa jurídica e é contratado através dela. A consequência é simples: desconfiguração a relação de emprego e o emprego, hipossuficiente em relação ao empregador, perde a proteção das leis trabalhistas e sua relação de trabalho passa a ser regulada por um contrato de prestação de serviços. A Universidade não é indiferente a esse fenômeno, e diversas produções acadêmicas defendem a prática alegando dinamização das relações de trabalho e maior autonomia do trabalhador, mesmo que na realidade ele não conte com nenhuma das vantagens de uma real pessoa jurídica.

maiores empresas privadas do mundo no ramo da educação, que obteve em 2016 um lucro de R\$1,86 bilhões (MACHADO, 2017). Não pretendemos escrever um trabalho que beire a especulação, porém é possível afirmar que a universalização do ensino público e gratuito a todos os jovens de idade universitária no Brasil, representaria, no mínimo, um desconforto econômico à empresa.

Essas formulações necessitam desenvolvimento, mas, em um primeiro momento, servem para nos mostrar o caminho para construção de uma Universidade Popular através de sua antítese, assim, uma Universidade Popular forma quadros para a construção de um desenvolvimento voltado para as necessidades do povo, produz tecnologia e informação voltada às necessidades do povo, escancara a luta de classes e é por definição pública, gratuita e laica. A Universidade Popular, pois, é aquela que contribui com a luta popular e a construção do socialismo. E dizemos isso sem cair em nenhuma utopia. É difícil pensar em uma Universidade Popular em um contexto em que a empresa Monsanto financia pesquisas nas mais diversas áreas nas universidades públicas (UFV, 2007). Seria inocente pensar que essas pesquisas estarão voltadas a denunciar os perigos do agronegócio para a saúde coletiva e à Reforma Agrária.

O que nos leva a questão: *Conhecimento para quem?* Não nos olvidemos que a universidade é o local por excelência de produção do conhecimento, e este está condicionado – não determinado – pela luta de classes e correlação de forças sociais. Cursos como os do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária são possíveis em um contexto social de maior força da classe trabalhadora e estão mais sujeitos a ataques em um contexto de derrota estratégica (FERNANDES, 2017).

Essa questão restou clara na experiência vivenciada pela atuação como extensionistas da Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade Federal de Minas Gerais (AJUP UFMG). O ponto de partida foram as formações teóricas sobre teoria crítica do direito e educação popular nos permitiu pensar e questionar o conhecimento e a forma de transmissão desse em uma universidade pública. Todavia a prática do que tínhamos o conhecimento teórico nos fez enfrentar a realidade do exercício político, desse exercício em grupos que nós não pertencíamos, assim gerando questionamentos diversos da nossa própria concepção, como será relatado a seguir.

3) AJUP UFMG: CRIAÇÃO E EXPERIÊNCIA

A AJUP UFMG, projeto de extensão da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi criada em 2012 devido ao interesse dos estudantes organizados no Centro Acadêmico Afonso Pena, entidade de representação estudantil na disputa política derrotar grupos de direita internos à gestão. Os estudantes demandavam uma grade curricular que dialogasse com as necessidades de fato da sociedade, e não que reafirmasse o Direito como ciência jurídica neutra. Além disso, em meio à disputa política, pautavam a necessidade da introdução de disciplinas de Direitos Humanos para uma formação completa do estudante de Direito que graduava em uma universidade pública. O debate acerca da função da Universidade Pública em possibilitar uma formação mais cidadã e popular, então, é mote para a organização do projeto.

Esses estudantes haviam tido contato com grupos de advogados populares e de outras AJUPs existentes no país durante o Encontro Nacional dos Estudantes de Direito e propuseram a ideia para que fosse parte do Centro Acadêmico que faziam parte. Todavia, a ideia é rejeitada gerando assim a formulação do projeto de extensão à parte. Cabe ressaltar a conjuntura de fundação em que os membros já tinham de forma geral participação política ativa e, muitos deles, se organizavam em diversos movimentos.

Nesse contexto a aproximação de alguns membros já organizados em movimentos sociais do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e de alguns grupos que atuavam na Pedreira Prado Lopez, comunidade de Belo Horizonte, foi definitivo para a aproximação do que se tornou o meio de atuação da AJUP UFMG. Concomitante a essa definição, que se deu de forma mais imposta pela realidade do que por escolha de fato dos membros, a institucionalização do projeto se colocou como outra necessidade para a manutenção e efetivação do trabalho, vez que o financiamento do projeto que viabilizaria sua execução de fato.

Com a realidade se impondo por meio das necessidades que apareceram, a AJUP UFMG foi sendo construída não de uma forma tão planejada, mas extremamente pautada na vontade e dedicação de seus membros iniciais. Em um primeiro momento, a verba que manteve o projeto foi somente de duas bolsas conseguidas junto a Fundação Valle Ferreira, vinculada à Faculdade de Direito e Ciências do Estado, o que permitiu a designação de dois bolsistas, os quais teriam possibilidade de se dedicar exclusivamente ao projeto. O financiamento efetivo foi conseguido através do projeto proposto perante edital do Ministério de Educação (MEC), o que permitiu a estruturação permanente de funcionamento do projeto.

No edital conseguido junto ao MEC, em 2014, para além da estruturação material do

projeto, foi possível estabelecer a dedicação de quatro bolsistas ao projeto, o que viabilizou, inclusive, o processo de estruturação e formação interna dos membros. Durante esse período, estivemos vinculadas como bolsistas, o que possibilitou a vivência de todos os conflitos para com membros e também com o movimento.

Os conflitos vividos internamente se impuseram, principalmente, devido à dificuldade prática de dedicação dos membros voluntários e, mesmo os bolsistas, o valor baixo das bolsas concedidas também eram um problema. Isso pois o trabalho de extensão exigia o deslocamento dos membros à comunidade em que atuávamos, muitas vezes, em horários de aula e durante o período da noite, posto que era o horário que as pessoas estariam em casa e teriam tempo para se reunirem conosco.

Já as dificuldades com o movimento se davam por uma questão que também se impunha internamente de forma recorrente: quais eram os limites de atuação da AJUP? Deveríamos atuar como projeto de extensão ou como movimento social? O que éramos de fato? Essas questões todas surgiram durante a experiência que de fato aproximou a atuação da AJUP UFMG e MTD na Pedreira Prado Lopez. Essas questões nos permitiram de fato entender as questões que pautávamos nas formações na teoria e também repensá-las e desfazer certas ilusões criadas inicialmente pelo projeto, vez que todo o processo permitiu a experiência de uma atuação política de fato, como será relatado em seguida.

4) EXTENSÃO POPULAR E MOVIMENTO SOCIAL – A EXPERIÊNCIA DA PEDREIRA PRADO LOPES (2013-2015)

Os elementos que trataremos nessa sessão são partes de avaliações que nos foram trazidas pelo MTD ao longo dos anos, como também nossas discussões das Reuniões Gerais (RGs). É importante ressaltar que cada experiência de AJUP é influenciada por uma grande variante de fatores, sejam eles políticos, sociais, culturais e institucionais. Ao entrarmos em contato com outras AJUPs pudemos identificar pontos de contato na experiência de cada uma, mas, mesmo assim, remanesce uma margem de particularidade de cada local.

Por exemplo, quando iniciamos os trabalhos com o MTD este também se encontrava em um momento de formulação e organização. Ou seja, o movimento também não se encontrava plenamente consolidado em Belo Horizonte, de modo que não pode, em diversos momentos, priorizar o trabalho com a AJUP do modo que esperávamos. Para eles também se tratou de um momento de aprendizagem, seja do território, do sujeito ou da experiência de se trabalhar com estudantes extensionistas. Esse talvez tenha sido um aspecto que se identificado

a princípio evitaria diversos atritos que hoje podemos considerar desnecessários ou hiperdimensionalizados.

Como explicamos, a parceria da AJUP UFMG se iniciou com a Ocupação (EM, 2013) realizada em um dos prédios do Vila Viva na Pedreira Prado Lopes pelo então Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD. O Vila Viva foi amplamente criticado pela comunidade, seja pela demora na entrega dos apartamentos, pela qualidade dos mesmos, os impactos das remoções decorrentes da política pública e uma desconsideração institucional pelos aspectos sociais e culturais da comunidade. Por exemplo, uma reclamação constante era a colocação de moradores de ares em conflitos no mesmo prédio ou a “troca” de uma casa que abrigava mais de um núcleo familiar por um apartamento que acomodava de três a quatro pessoas.

A expectativa do MTD para a AJUP nesse momento foi de uma assessoria técnica. Se tratava de uma preocupação com a segurança dos ocupantes, assim como das possíveis consequências do ato. Nesse momento, o envolvimento se deu a partir do contato dos dois bolsistas. Por se tratar de uma ação clandestina, não poderia ser amplamente discutida em espaços abertos. Por isso, foi essencial que apenas alguns membros fossem centralizados para a tarefa, que as informações não fossem repassadas.

O grande problema é que a centralização de informação ia de encontro a um dos princípios fundamentais das AJUPs: a horizontalidade. Para nós, com nenhuma experiência de movimento social, não era aceitável que dois membros do projeto, no caso os bolsistas – pois esses tinham maior responsabilidade em relação as tarefas, em função da bolsa, mas nunca maior autoridade – fossem os únicos a terem acesso ao que estava acontecendo na PPL, o que só fomos ter conhecimento poucos dias antes da ação. Porém o que nos poderia parecer como “privilegio” de informação, era, na realidade, a chave para o sucesso da ação. Talvez nesse momento tenhamos aprendido nossa primeira lição coletiva: o movimento social funciona diferentemente de uma extensão universitária. Por mais que tivéssemos contato com a teoria, nossa práxis era quase inexistente. E ainda que a ocupação tenha sido um sucesso, ela gerou conflitos internos que fugiam do controle do movimento.

Por outro lado, não contávamos com uma presença ativa de um orientador, muito por nossa insistência e arriscamos – ignorância. Romantizamos a ideia de um projeto construído exclusivamente por estudantes, ignorando a importância da experiência, e do conhecimento que se adquire com ela. Ao presumir que éramos capazes de tudo, nos desgastamos tentando solucionar questões para as quais já haviam soluções, mas as quais não tínhamos acesso. Não

pretendemos assumir uma postura pessimista sobre esse período: existe um crescimento pessoal único que ocorre quando somos levados a solucionar problemas das diversas complexidades por nos mesmos, porém, existe uma diferença entre ousadia e disposição para encarar desafios e ingenuidade e presunção para tentar “inventar a roda”.

Mas a AJUP superou as expectativas do movimento. Por se tratar de extensionistas que eram organizados em outros movimentos sociais e partidos políticos, além de realizarem uma assessoria técnica, também contribuíam com atividades de mobilização e organização dentro da comunidade. Ficou claro naquele momento que era possível esperar mais do projeto, do que uma simples contribuição universitária, mas isso gerou também um comportamento personalista em relação aos membros. Isso porque nem sempre o membro com maior envolvimento político era o que mais tinha disponibilidade de participar das atividades. Como explicado anteriormente, não tínhamos uma coordenação no sentido clássico, mas estávamos de acordo que os bolsistas seriam os que mais acumulariam tarefas, pois uma vez que tinham uma bolsa não precisavam realizar estágios como os demais integrantes do projeto. Porém nem sempre o bolsista era a pessoa com maior sensibilidade social, assim que muitas vezes o movimento preferia entrar em contato com outros membros do projeto que possuíam maior experiência e com quem precisavam fazer um menor trabalho de convencimento sobre a necessidade de organização de um ato na Prefeitura, por exemplo. Obviamente esse comportamento gerou grandes desconfortos internos, mesmo que extremamente compreensível.

Por outro lado, um aspecto positivo foi a formação. Ao mesmo tempo que a AJUP UFMG realizava formações na comunidade sobre Direito à Moradia, Direitos Humanos, etc, o MTD realizou diversas formações internas na AJUP, com temas correlatos ao marxismo, teoria crítica, formação social brasileira, e outros. Temas aos quais não tínhamos contato pela Universidade, mas que são comuns de uma dinâmica de movimento social. Nas palavras de um integrante do MTD, “a AJUP formou a base do movimento” na Pedreira Prado Lopes.

Em 2014, iniciamos um processo de elaboração do estatuto social da associação de moradores que começava a ser formar. Poderíamos ter construído o estatuto e o entregado pronto, o que seria um trabalho de um dia. Porém abrimos mão da praticidade pela prática pedagógica. À época, a PPL tinha um sério problema de lideranças sociais sendo cooptadas por partidos políticos de centro-direita, que por muito tempo empacou o desenvolvimento de uma associação. Um trabalho sobre esse processo já foi publicado, mas aqui retomaremos alguns aspectos gerais. Separamos o estatuto por capítulos, e discutíamos cada um em

reuniões gerais da associação na comunidade.

Identificado o problema da cooptação, e percebendo a dificuldade do movimento em abordar o assunto, aproveitamos a oportunidade da discussão do estatuto para expor a questão: absorvendo o modelo estatutário do DCE UFMG apresentamos a proposta de coordenação geral, composta por três pessoas, no lugar de um modelo de presidente. Explicamos os prós e contras de cada modelo, chamando atenção para o benefício de descentralizar o poder de decisões em um modelo coordenativo. Os moradores então discutiram e votaram pelo modelo de coordenação. Outra proposta que discutimos em reunião geral da AJUP e levamos para a associação foi a inclusão de uma cláusula que proibia que membros da diretoria da associação em gestão de se candidatarem a cargos políticos municipais, estaduais e federais, e também de assumiram cargos comissionários. A proposta foi muito bem-aceita, pois os moradores já estavam cientes dos perigos que rondavam a constituição da associação de moradores, e identificaram nessa cláusula um mecanismo de defesa interna contra possíveis aliciamentos por parte, principalmente, da Prefeitura de Belo Horizonte.

O que deveria ser um processo burocrático de escrita de um estatuto social se tornou um processo de mobilização e formação política. Depois de pronto, o estatuto foi apresentado a todos os membros da comunidade em uma assembleia geral. Dessa forma, abordamos problemas da comunidade ao mesmo tempo que desmistificamos a prática do direito, como algo que deve ser executado apenas por pessoas instruídas e formadas. Saímos de uma posição de “prestadores de serviço” para uma prática mais pedagógica e consoante com nossos princípios, através de uma práxis de sujeitos – sujeitos, e não sujeito-objeto, como esta hegemonicamente constituído na extensão universitária.

O grande paradoxo da AJUP é de que ela se supera como extensão, mas deixa a desejar como movimento social. Por mais que tenhamos feito mais que o esperado, através de atividades de mobilização e organização, não éramos uma organização política. Não possuíamos uma estratégia, uma leitura da realidade e nossos membros se organizavam em outras organizações. Isso gerava alguns conflitos como “deveria a AJUP se posicionar nas eleições do centro acadêmico?” uma vez que se trata de um projeto universitário, financiado pelo MEC e não deveria, em um primeiro momento, ter um posicionamento político. Além, é claro, do medo constante de “aparelhamento” pelos partidos e movimentos dos quais os membros faziam parte.

Esses debates nunca tomaram grande dimensão porque a AJUP por se voltar muito

mais para “fora” do que para dentro, acabava tendo uma zona de influência muito limitada na Faculdade de Direito da UFMG. Estávamos longe de possuir o mesmo peso político que projetos consolidados como o programa Polos de Cidadania e a Divisão de Assistência Judiciária – DAJ. Mas cabe nos perguntar: se fôssemos capazes de realmente influenciar uma eleição de centro acadêmico, seríamos retaliados ao nos posicionar? Haveria financiamento? E como poderíamos ser capazes de fazer um diagnóstico da política universitária quando ao mesmo tempo agregávamos pessoas de diversas organizações? Logo ficou claro que o nível de politização da AJUP estava diretamente relacionado ao nível de politização de seus membros, e a renovação total que ocorreu por volta de 2015 repercutiu diretamente em nossa atividade na PPL e relação com o MTD.

Em conversa de avaliação com o MTD alguns pontos de conflito foram identificados: a pluralidade de perfis dos extensionistas, a ausência de coordenação e a rotatividade dos membros. O timing de um movimento social é diferente do timing de um extensionista. Para nós, um ano dedicados ao projeto pode parecer muito tempo, mas um ano de trabalho comunitário pode ser facilmente perdido em poucos dias. O nível de comprometimento também era diferente, por isso não podemos culpar o movimento por muitas vezes não ter priorizado a relação com a AJUP: de um lado temos militantes que dedicam sua vida pela causa, por outro temos estudantes que por mais bem intencionados que estejam ainda precisam fazer provas, assistir aula e entregar trabalhos, muitas vezes as custas de dedicar menos tempo a extensão. E por fim, nossa ausência de coordenação tanto discente como docente era uma barreira factiva ao movimento: muitas vezes não sabiam com quem deveriam conversar, as informações se perdiam, eram melhor ou pior compreendidos a depender de quem era o bolsista, etc.

Porém, como explicamos, se tratou de um momento peculiar de consolidação e abertura de trabalhos de ambas as partes. E nossa parceira gerou frutos: a ocupação Pátria Livre da Pedreira Prado Lopes está localizada em um terreno que, há mais de seis anos, a AJUP UFMG ajudou a mapear, levantando as informações necessárias sobre de quem era a propriedade. A reabertura da creche comunitária, bem como o mapeamento dos prédios do Vila Viva e demais conjuntos habitacionais com as demandas relacionadas, acompanhamento dos moradores em reclamar seus direitos junto aos órgãos públicos e à defensoria pública foram resultados de processos no qual a AJUP estava presente. E por mais que o projeto da Associação de Moradores não tenha ido para frente, diversos membros estão hoje organizados no MTD, comprometidos com a luta social do povo brasileiro.

Por fim, destacamos a importância da AJUP UFMG enquanto extensão na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG, vez que a formação realizada e o incentivo à participação e organização política dos estudantes é essencial no que se refere à prática jurídica. Nesse sentido, a participação dos alunos nos primeiros períodos de curso e o papel do projeto em possibilitar a compreensão do Direito positivo ensinado e, principalmente, a partir de uma perspectiva crítica de entendimento da necessidade de uma prática alternativa, como também do próprio questionamento do Direito. Além disso, a mobilização política dos moradores da Pedreira Prado Lopes e a aproximação com os espaços da universidade também devem ser destacados. No mais, a avaliação quanto a continuidade do projeto independente dos membros é algo problemático, bem como deve ser assumida uma postura crítica quanto atuações que tivemos que representaram nosso processo de formação política e acadêmica também.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DANTAS, Dimitrius. Governo avança em seis das 20 principais propostas do ‘Ponte para o futuro’. Publicado em Portal O Globo Brasil em 10/04/2017. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-avanca-em-seis-das-20-principais-propostas-do-ponte-para-futuro-21185589>> acesso em: 09/08/2018.

FERNANDES, Leonardo. Governo Temer promove o desmonte da educação do campo. Publicado em Portal do MST em 19/09/2017. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2017/09/19/governo-temer-promove-o-desmonte-da-educacao-no-campo.html>> acesso em 11/08/2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

JORNAL ESTADO DE MINAS, (EM). Moradores da Pedreira Prado Lopes ocupam prédio do Programa Vila Viva na comunidade. Publicado em *Portal do Jornal Estado de Minas* 08/06/2013. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/08/interna_gerais,401903/moradores-da-pedreira-prado-lopes-ocupam-predio-do-programa-vila-viva-na-comunidade.shtml>. Acesso em 13/08/2018.

MACHADO, Juliana. Fies puxa lucro da Kroton, que triplica no quarto trimestre. Publicado em Revista Valor Econômico em 22/03/2017. Disponível em <<https://www.valor.com.br/empresas/4909280/fies-puxa-lucro-da-kroton-que-triplica-no-quarto-trimestre>>. Acesso em 09/08/2018.

MARX, Karl. O Capital: Crítica a economia política, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. Cf. Naves.

RIBAS, Luiz Otávio. A Assessoria Estudantil com movimentos sociais brasileiros nas décadas de 1960 a 2000. Fortaleza, Faculdade Christus: 2012.

UNE, I Seminário Nacional da Reforma Universitária. Declaração da Bahia. Firmado em 1961. Disponível em:

<<http://movimentosjuvenisbrasilsparte7.blogspot.com/2009/10/declaracao-da-bahia-i-seminario.html>> Acesso em: 09/08/2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, (UFV). Universidade inaugura o Laboratório de Biotecnologia e Melhoramento Vegetal. Publicado em: 08/06/2007. Disponível em

<https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=4246>. Acesso em: 11/08/2018.